

Migrações e a relação campo-cidade no município de Francisco Beltrão - Paraná

Marcos Leandro Mondardo*

Resumo: Este artigo analisa aspectos políticos e econômicos da relação campo-cidade no município de Francisco Beltrão-Paraná, no período de 1940 a 2000. A partir de 1940, ocorre um importante movimento migratório para Francisco Beltrão que alavancou a relação entre campo e cidade. Posteriormente, esta relação se intensificou, década a década, em função de uma maior complexificação nas redes de circulação da produção e comunicação.

Palavras-chave: Francisco Beltrão; campo-cidade; migrações.

Abstract: This article analyzes political and economic aspects of the relationship field-city in the municipal district of Francisco Beltrão-Paraná, in the period from 1940 to 2000. Starting from 1940, it happens one important migratory movement for Francisco Beltrão that lever the relationship among field and city. Later on, this relationship intensified, decade the decade, in function of an adult complexity in the nets of production circulation and communication.

Keywords: Francisco Beltrão; country-city; migrations.

Introdução

Através das relações desenvolvidas pelos homens e mulheres é que apreendemos o movimento que anima a produção do espaço e suas contradições. As interações que circulam o espaço se realizam através das trocas, através da reciprocidade entre pessoas e objetos, tendo nas redes elemento importante para a ligação (ou não) entre os espaços. Espaços que por isso são produzidos diferenciadamente, como, por exemplo, campo e cidade; espaços, que, no entanto, estão em constante processo de relações e (trans)formações. Campo alimentando cidade e cidade alimentando campo com objetos e pessoas, com redes, com circulações, com fluxos. São formas-conteúdos que estão sempre em processo relacional do mesmo movimento: a *vida*. Nesse sentido, o campo não está isolado da cidade, haja vista que as estradas permitem a circulação de pessoas, mercadorias, informações e idéias, havendo assim as relações imbricadas e complementares entre campo e cidade.

Objetivamos compreender as relações *entre* campo e cidade, a partir, das redes de comunicação (principalmente de comercialização, de circulação de mercadorias e de pessoas), e das redes de informação (inclusive o controle que o Estado exerce sobre o território), que (re)configuram as relações entre campo-cidade e, transformam o espaço geográfico do município de Francisco Beltrão no período de 1940 a 2000. Buscaremos abordar, portanto, os fatores políticos e econômicos nas relações campo-cidade.

Para isso, ensejamos conhecer a *trama* entre as “forças” (internas e externas), e os atores (em nosso caso os sujeitos do campo e da cidade) que produzem e transformam estes complexos espaços, refletindo sobre as condições que *historicamente* foram criadas, ampliadas e/ou reduzidas, as intensidades de relacionamento entre campo e cidade no município de Francisco Beltrão, Paraná.

Relações campo-cidade: da dicotomia ao processo

As relações campo-cidade ao longo da história têm sido estudadas por historiadores, antropólogos, sociólogos, economistas e geógrafos, porém, cada

* Mestrando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados. Bolsista da CAPES. E-mail: marcosmondardo@yahoo.com.br.

Dossiê Campo e Cidade

área da ciência com sua objetivação¹. Pode-se verificar que a diversidade de contribuições direcionadas ao estudo da relação campo-cidade, rural-urbano, não se esgotou e tampouco há um consenso entre os pesquisadores sobre o tema.

Neste sentido, é interessante apresentar o conceito de relações campo-cidade que se encontra na análise de Marx e Engels. Em *A ideologia alemã*, estes autores analisam esta questão a partir da relação social de produção existente. Consideraram a divisão social do trabalho: a separação do trabalho industrial e comercial, de um lado (na cidade), e do outro, o trabalho agrícola (no campo). Estes autores entenderam que esta relação é marcada pela oposição de interesses das classes sociais que vivem no campo com as que vivem na cidade, o que não impede que estes interesses se unam e/ou se tornem comuns em determinadas situações e contextos².

Marx, no livro primeiro de *O Capital*, entende que nas relações campo-cidade, o campo se torna fonte de matéria-prima para indústria, em geral, localizada na cidade, além de liberar grandes contingentes de camponeses. Estes, ao serem separados da terra e dos seus instrumentos de trabalho, são lançados às cidades para constituírem a mão-de-obra, a força de trabalho utilizada na indústria³. Esta perspectiva de análise colocava como distintas essas duas realidades, a fim de explicar as diferentes classes sociais e as contradições no interior destas, mas, também, demonstrava que campo e cidade estão sempre em processo de troca, de inter-relações.

Kautsky, em *A questão agrária*, entende que a relação campo-cidade é desfavorável aos camponeses ao torná-los dependentes e submissos aos comerciantes, industriais, bancários, que vivem na cidade, através do crédito hipotecário, que permite a exploração do camponês pelo capitalista financeiro⁴. Neste contexto, a relação campo-cidade seria desfavorável aos camponeses ao torná-los dependentes e submissos aos comerciantes, industriais, bancários, que vivem na cidade.

Por outro lado, Lefébvre, em *O direito à cidade*, entende que ao longo do tempo histórico, por volta dos anos 1960, a relação campo-cidade mudou. Quando o autor realizou parte de seus estudos, a cidade havia se tornado um centro de decisão. Nesse sentido, a exploração das classes que vivem no campo pelas citadinas se tornou mais sutil, mas “[...] seja o que for, a cidade em expansão ataca o campo, corrói-o, dissolve-o [...]”⁵.

Contudo, entendemos que o campo não deve ser visto como resquício em vias de desaparecimento e nem a cidade como *locus* do moderno. Ambos devem ser apreendidos numa visão dialética, haja vista que cada um tem suas especificidades mas com extrema relação recíproca. Além disso, o campo não é sinônimo de rural e tampouco a cidade abarca apenas o urbano. O rural e o urbano expressam o modo de vida e os valores, enquanto o campo e a cidade correspondem à materialização desses modos de vida. Portanto, os valores urbanos estão presentes no campo, assim como também encontramos os valores rurais na cidade.

Isso leva a refletir que a cidade e o campo são construções socioespaciais, que devem ser analisados e fortalecidos por seus contextos, situações e singularidades⁶. Ambos não são semelhantes e não podem ser compreendidos como regidos pela mesma lógica, pois no urbano o artificial e a velocidade dos acontecimentos se processam num tempo rápido. No campo, o tempo é mais lento, as relações sociais estão mais centradas na proximidade, no cotidiano e num maior contato com a natureza. Desse modo, no campo a relação com a terra é uma das principais características⁷. Embora, deva-se fazer a ressalva que com o agronegócio o campo altera, em certa medida, sua velocidade pela implementação de máquinas, cada vez mais rápidas no processo de produção, e, também, com a modificação genética de muitas plantas que conseguem se desenvolver mais rápido.

Assim, no período contemporâneo não se pode considerar o campo e a cidade dois mundos separados, antagônicos, já que estamos num mundo de relações de complexidade e diversidade e, no rompimento de barreiras espaciais

¹ CORRÊA, R. L. *A rede urbana*. São Paulo: Ática, 1989.

² MARX, K. e ENGELS, F. *A ideologia alemã*. (Tradução de Luiz C. Costa). São Paulo: Martins Fontes, 1998.

³ MARX, K. *O Capital: crítica da economia política – o processo de produção do capital*. (Tradução de Reginaldo Sant’Anna). 18. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Livro I, v. 2.

⁴ KAUTSKY, K. *A questão agrária*. Tradução de Otto Erich W. Mass. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

⁵ LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. 3. ed. São Paulo: Centauro, 2004, p. 69.

⁶ SILVA, A. F. da. *A relação cidade-campo: como analisá-la?* Natal: Imagem, 1998.

⁷ ALENTEJANO P. R. R. *Reforma Agrária, território e desenvolvimento no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 2003. Tese (Doutorado em Geografia). Rio de Janeiro, CPDA - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2003.

viabilizadas pelos processos de circulação e produção. Assim, é um equívoco analisar separadamente o campo e a cidade. Nesse sentido, a cidade e o campo são espaços territoriais, tanto no âmbito econômico, político e cultural, possuindo relações de interdependência e de complementariedade⁸. A partir disso, consideramos o campo e a cidade como construções socioespaciais distintas, mas não dicotômicas, isto é, são espaços diferenciados, mas que fazem parte do mesmo processo social: o movimento da vida. Movimento este que está inserido na lógica da produção capitalista, mas, que não tira a “força própria” dos atores que desenvolvem suas relações cotidianas, por mais influenciadas que estas sejam pelo movimento do capital. Essas relações, portanto, embora (em grande medida delineadas e/ou influenciadas) pelo capital, não se reproduzem apenas no âmbito do econômico, mas, também, a partir de política e da cultura.

Por isso, uma relação campo-cidade deve considerar não apenas o capital como “grande” e “único” produtor do espaço geográfico (espaço “absoluto econômico”), deixando, portanto, as pessoas, seus dramas e suas tramas em segundo plano. Essa posição maniqueísta deve ser substituída por uma perspectiva mais coerente, considerando as pessoas (homens e mulheres) que, mesmo “corroídas” pelo capital, desenvolvem seus modos de vida que são singulares e que possuem diferenças. Logo, também campo e cidade são produzidos a partir do movimento da vida, uma produção do espaço social e, não “apenas” do capital.

Migrações e a relação campo-cidade no município de Francisco Beltrão

A área onde se desenvolveu o povoado denominado de “Vila Marrecas” (que em 1952 se tornou município e passou a ser chamado oficialmente de Francisco Beltrão) foi ocupada, efetivamente, a partir de meados da década de 1940, quando o Presidente da República Getúlio Vargas criou a CANGO (Colônia Agrícola Nacional General Osório), com objetivo de colonizar a região Sudoeste do Paraná. Para isso, a vinda de agricultores foi incentivada. Estes eram oriundos, sobretudo, dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina: “[...] cada dia entram 10 a 20 famílias, em Francisco Beltrão [...]”⁹.

Esta ocupação com a “substituição” e/ou imposição das relações dos colonos migrantes em contraposição aos posseiros caboclos, habitantes que até então predominavam de esparsamente na região¹⁰: “A população explodiu de 476 famílias em 1947, subindo para 2.725 em 1956”, no Sudoeste do Paraná [...]”¹¹. Neste processo, a CANGO ajudava os colonos migrantes, desde a comprar a terra até na sua instalação, preparação da terra, acesso a sementes, com assistência técnica especializada para que os agricultores pudessem fixar-se e produzir para sobreviver nesse novo território¹².



“Monumento ao Pioneiro” - Francisco Beltrão - Paraná
Foto: Marcos Leandro Mondardo (13-01-2008).

⁸ SILVA, A. F. da. Op. cit. 1998.

⁹ WACHOWICZ, R. C. *História do Paraná*. 6. ed. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1985.

¹⁰ Foge de nosso objetivo, demonstrar aqui, os conflitos e/ou choques culturais que ocorreram nesse processo entre caboclos e migrantes gaúchos e catarinenses.

¹¹ FERES, J. B. *Propriedade da terra. Opressão e Miséria – o meio rural na História Social do Brasil*. Amsterdam: CEDLA, 1990, p. 497.

¹² LAZIER, H. *Análise histórica da posse da terra no Sudoeste Paranaense*. 3. ed. Francisco Beltrão: Editora Grafit, 1998, p. 38.

Dossiê Campo e Cidade

O fluxo migratório continuou crescendo. Para se ter noção de sua intensidade “[...] a população do Sudoeste passou de 76.376 habitantes, em 1950, para 230.379 habitantes, em 1960. A taxa de crescimento populacional no Brasil, nessa mesma época, era de 3,12%, a do Estado do Paraná de 7,23% e, a do Sudoeste de 12,4%”¹³. Já, no ano de 1956, o município de Francisco Beltrão contava com 15.248 pessoas¹⁴. Através desse crescimento populacional, as relações entre campo-cidade começavam a se delinear com maior magnitude: entre 1940 a 1960 (período de chegada intensa de migrantes riograndenses e catarinenses), é neste contexto que ocorre a abertura de estradas, tanto na cidade de Francisco Beltrão, como em todo o interior do município. Isso ocorreu em virtude do aumento da população e da necessidade de escoamento da produção agrícola, que foi incrementada com a chegada destes migrantes e pressionava o aumento das vias e meios de comunicação entre campo e cidade. Nesse sentido, esses migrantes gaúchos e catarinenses:

No Sudoeste paranaense, procuraram reproduzir características do cultivo agrícola e da prática artesanal, hábitos e costumes culturais, aspectos políticos, reterritorializando-se, ou seja, construindo *novos* territórios e territorialidades em suas vias diárias. Isso deu um *novos* desenho territorial, *novos* contornos, formas e conteúdos, fruto de um processo específico de apropriação e produção territorial, tanto econômica, como política e culturalmente. Edificam o rural e o urbano, relações entre ambos, entre os rurais e entre os espaços urbanos¹⁵.

O afluxo de colonos deu impulso ao surgimento de novas comunidades rurais, atraindo também um considerável contingente de bodegueiros, comerciantes atacadistas-expedidores e caminhoneiros, além de criar um movimentado circuito de compradores-vendedores ambulantes dentro de Francisco Beltrão. Grande parte do comércio era realizado de forma elementar, entre o produtor e o bodegueiro (comerciante)¹⁶. Assim, na distribuição de produtos no Sudoeste do Paraná verificou-se três tipos básicos de atores: o comerciante coletor-distribuidor, o comerciante exclusivamente distribuidor e o pequeno fabricante, localizados nas cidades, principalmente em Francisco Beltrão e Pato Branco¹⁷. A partir de 1940 até 1960, a população de Francisco Beltrão, elevou-se consideravelmente, transformando o espaço geográfico regional com o surgimento de diversos atores – no campo e na cidade –, que dinamizaram as relações entre campo e cidade, pois:

Todos esses agentes faziam ligações econômicas (simbólicas, pois o mercado também significa signos e símbolos, imaginário, desejo...) entre os chamados *colonos* e os *cidadinos*, constituindo uma trama de relações, interligações, redes, entre diferentes setores, lugares e pessoas. Substantivavam territórios e territorialidades na formação do Sudoeste do Paraná, espaços de domínio, especialmente, dos comerciantes, através de redes de circulação e comunicação¹⁸.

A estrutura fundiária e a produção agropecuária, de certa forma, foram uma condicionante para determinar a “intensidade” da relação campo-cidade no período evidenciado. Verifica-se que Francisco Beltrão tinha uma produção no campo marcada pela policultura, bem como pela criação de grandes e pequenos animais (bovinos, suínos, galinhas etc.). Por exemplo, no ano de 1960, 96,45% dos estabelecimentos rurais cultivavam milho e 90,90% o feijão. Este último era usado na alimentação humana e o milho era usado para alimentar as pessoas e os animais. Em 1960, 17,34% dos estabelecimentos rurais de Francisco Beltrão tinham menos de 10 hectares de área e apenas 2,26% tinham mais que 100 hectares de área¹⁹. O cultivo de vários tipos de culturas agrícolas (policultura), bem como a criação de animais para produzir carnes, ovos, leite, fonte de tração para o trabalho etc., num mesmo estabelecimento rural, condicionou uma certa independência econômica da família do camponês frente à economia da cidade.

¹³ CORRÊA, R. L. Cidade e Região no Sudoeste Paranaense. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro. v. 32, n. 2, 1970, p. 32.

¹⁴ PADIS, P. C. *Formação de uma economia periférica: O caso do Paraná*. São Paulo: Hucitec, 1981, p. 498.

¹⁵ SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial das relações urbano-rurais no Sudoeste paranaense. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. *Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural*. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 162.

¹⁶ PADIS, P. C. Op. cit. 1981, p. 499.

¹⁷ CORRÊA, R. L. 1970. Op. cit., p. 150.

¹⁸ SAQUET, M. A. 2006, Op. cit., p. 166.

¹⁹ IBGE. *Censo agrícola de 1960: Paraná e Santa Catarina*. Rio de Janeiro: IBGE, 1967. v. 2 – Tomo 12.

O município de Francisco Beltrão, em 1960 tinha 41 estabelecimentos industriais atuando no ramo madeireiro, o que equivalia a exatamente 50% do total de estabelecimentos industriais do município. As serrarias foram o principal ramo de indústria da época, que tinha uma relação “direta” com a economia do campo, no caso, com o extrativismo vegetal, de onde saía a madeira, matéria-prima dessas indústrias²⁰. Já o comércio em 1960 se destacou, principalmente, com os estabelecimentos chamados de “secos e molhados”, que vendiam desde alimentos e roupas bem como compravam produtos dos agricultores. No ano de 1956, por exemplo, o município de Francisco Beltrão tinha 53 estabelecimentos de secos e molhados, o que equivalia a 27,32% do total de estabelecimentos, dentre os industriais, comerciais e de prestação de serviços²¹. As relações de troca entre campo e cidade, efetivamente, teriam começado a se intensificar na década de 1970.

Outro fator marcante refere-se ao uso de fertilizantes na agricultura de Francisco Beltrão. Até 1960, praticamente não se observa a relação de compra de fertilizantes por parte dos agricultores. Em 1960, apenas 0,16% dos estabelecimentos rurais compravam fertilizantes e todos usavam os orgânicos, produzidos no próprio estabelecimento rural a partir de estrumes de animais²².

Contudo, em 1970, já existiam 11,09% dos estabelecimentos rurais que usavam fertilizantes e, destes, 70,11% eram adubos químicos, comprados no comércio na cidade. Em 1975, este número eleva-se para 69,64% dos estabelecimentos com uso de adubação química e, em 1995/96, 81,83%!²³ Assim, a compra de fertilizantes no comércio citadino acaba por tornar o agricultor dependente do comércio da cidade, pois parte da renda retirada da terra, por meio do trabalho do agricultor, vai para as mãos dos comerciantes. A renda é desviada, ou seja, “canalizada” para a cidade.

Além disso, não somente a aquisição de fertilizantes, mas o *crédito rural* por meio de empréstimos ou financiamentos destinados à agricultura, se tornou uma outra forma de submissão do campo à cidade (dos homens do campo aos da cidade), pois os capitalistas que vivem dos *juros*, a partir de empréstimos contratados diretamente pelos agricultores ou indiretamente, por meio de instituições bancárias, em geral, moram na *cidade*. Assim, a renda do campo é *drenada* para a cidade.

Em 1960, no município de Francisco Beltrão apenas 1,36% dos estabelecimentos rurais havia contraído financiamento, todos de particulares²⁴. Em 1970, 10,02% dos estabelecimentos rurais receberam financiamentos e, destes, 63,23% de instituições do governo²⁵. Em 1980, eram 42,26% dos estabelecimentos que receberam financiamentos, sendo que 93,07% de instituições governamentais²⁶.

Esses empréstimos, portanto, antes de se constituírem como solução apresentaram-se como *problema*, impedindo, até mesmo, a permanência dos agricultores no campo pois estes endividaram-se. Sobre essa *subordinação* do camponês ao financiamento e, assim, ao endividamento, Martins afirma que:

Apenas quando o capital subordina o pequeno lavrador, controlando os mecanismos de financiamento e comercialização, processo muito claro no Sul e no Sudeste, é que sub-repticiamente as condições de existência do lavrador e sua família, suas necessidades e possibilidades econômicas e sociais, começam a ser reguladas e controladas pelo capital, como se o próprio lavrador não fosse o proprietário da terra, como se fosse um assalariado capitalista²⁷.

Nesse contexto, um dos principais fatores para a transformação de algumas relações econômicas em Francisco Beltrão foi a modernização da produção agrícola, que alterou a própria composição da mão-de-obra ocupada no campo, bem como a composição daquela utilizada na economia da cidade, devido a um fluxo de migração crescente e contínuo do campo para a cidade.

Para entendermos este fato, Francisco Beltrão, até 1960, tinha apenas 5 tratores agrícolas usados na agricultura, número que passou para 18 em 1970, saltando para 346 em 1980 e para expressivos 430 em 1995/96!²⁸

²⁰ IBGE. *Censo industrial de 1960: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: IBGE, 1966. v. 3 – Tomo 7.

²¹ MARTINE, G. *A Redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80*. IPEA. Janeiro de 1994. (Texto para Discussão nº 421), p. 26.

²² IBGE. *Censo comercial e dos serviços de 1960: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: IBGE, 1967. v. 6 – Tomo 10.

²³ IBGE. *Censo comercial – Paraná – 1970*. Rio de Janeiro: IBGE, 1975. v. 6 – Tomo 19.

²⁴ IBGE. *Censo agrícola de 1960*. Op. cit.

²⁵ Idem. *Censo agropecuário – Paraná – 1970*. Rio de Janeiro: IBGE, 1975. v. 3 – Tomo 19.

²⁶ Idem. *Censo agropecuário – Paraná – 1980*. Rio de Janeiro: IBGE, 1983. v. 2 – Tomo 3.

²⁷ MARTINS, J. de S. *Os camponeses e a Política no Brasil*. Vozes: Petrópolis, 1980, p. 60.

²⁸ IBGE. *Censos agropecuários – Paraná – 1960, 1970 e 1980*. Op. cit.

Dossiê Campo e Cidade

Assim, paralelo a este considerável aumento do número de máquinas agrícolas (tratores) utilizadas na agricultura, principalmente entre o período de 1970 a 1980, houve uma redução do percentual e do número de habitantes que residiam no campo: em 1970, Francisco Beltrão tinha 23.394 habitantes vivendo no meio rural, que representavam 63,56% da população do município²⁹; em 1980, este número diminuiu para 20.473 habitantes, que equivaliam a 41,99% da população total³⁰. A população urbana deste município, ao contrário do que ocorreu com a rural, aumentou nesse período, passando de 36,44% em 1970, para 58,01% em 1980³¹.

Há que se colocar que entre o período de 1991 a 2000 este processo de diminuição absoluta e relativa da população do campo e o crescimento da população da cidade tem continuado ocorrendo em Francisco Beltrão. Em 1991 a população rural diminuiu para 15.650 habitantes³² e em 2000 para 12.301 habitantes³³. Assim, o aumento verificado da população urbana se deu em detrimento da rural. Um fator que teve forte influência neste processo de êxodo rural do campo para a cidade foi sem dúvida a “modernização da agricultura” em Francisco Beltrão. Com a mecanização da agricultura diminui o tempo de trabalho a ser dispendido na produção agrícola, o que torna “disponível” parte da mão-de-obra antes ocupada na agricultura, para outras atividades produtivas (não-agrícolas)³⁴.

Neste sentido, a migração do campo para a cidade³⁵ ocorreu devido às transformações nos meios técnicos de produção na agricultura, de um lado, e, de outro, devido a atração que a economia de determinadas cidades exerce quanto à “oferta” de emprego³⁶.

A “modernização da agricultura”, além, de diminuir a população do campo, através do endividamento dos agricultores com sua posterior migração para as cidades, não melhora as condições de vida do trabalhador, pelo contrário, pode até mesmo agravá-las:

A elevação do nível tecnológico das atividades rurais parece reunir todos os fios da meada, e constituir a maneira de atender a todos os interesses em jogo. É isso pelo menos que se ouve mais freqüentemente afirmado. Mas ainda aí é preciso distinguir, porque de um lado, a avaliação de uma técnica não se pode fazer em termos absolutos, sem consideração a outras circunstâncias que a fazem ou não recomendável em dada situação. A técnica é um meio, e não um fim a que se destina e dos problemas concretos que com ela se objetiva resolver. Doutra lado, o progresso tecnológico não significa necessariamente uma melhoria de condições do trabalhador. E, às vezes, até pelo contrário, pode agravá-las³⁷.

Esse “esvaziamento” populacional do campo para a cidade ocorre, principalmente a partir dos anos de 1970, em função da terceirização rural promovida pelas indústrias do frango e ovos de Santa Catarina, ou do fumo do Rio Grande do Sul. Estas empresas compraram terras e, conseqüentemente, expulsaram trabalhadores do campo para a cidade, influenciando o setor rural com implementação de monoculturas, principalmente a da soja, do fumo e com a criação de gado³⁸. Aliado a isso, ocorre a concentração dos agricultores em torno da produção de frango para as empresas Sadia S/A e Galinha Azul Avícola Ltda. Estas ainda atuam intensamente no interior do município de Francisco Beltrão, mantendo assalariados em suas propriedades privadas ou levando diariamente assalariados da cidade para trabalhar no campo³⁹.

Segundo os censos industriais do IBGE, Francisco Beltrão, no período de 1970 a 1980, aumentou de 294 para 484 estabelecimentos entre indústrias, comércio e prestação de serviços. O número de pessoas acima de dez anos de idade ocupadas nos três setores de economia tipicamente urbana (indústria, comércio e prestação de serviços) aumentou de 4.165 pessoas, em 1970, para 12.347 pessoas, em 1980, e para 24.342 no ano de 2000. Na produção primária o número de pessoas acima de dez anos de idade ocupadas, diminuiu de 8.085, em 1970, para 7.122, em 1980, e para 6.075 no ano de 2000⁴⁰.

²⁹ Idem. *Censo demográfico – Paraná – 1970*. Rio de Janeiro: IBGE, 1973. v. 1 – Tomo 19.

³⁰ Idem. *Censo demográfico – Paraná – 1980*. Rio de Janeiro: IBGE, 1983. v. 1 – T. 4, 5 e 6.

³¹ Idem. *Censo demográfico – Paraná – 1970 e 1980*. Op. cit.

³² Idem. *Censo demográfico – Paraná – 1991*. Rio de Janeiro: IBGE, 1996. Nº 20.

³³ Idem. *Censo demográfico – Paraná – 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. (CD ROM).

³⁴ GRAZIANO DA SILVA, J. *O novo rural brasileiro*. 2. ed. Campinas: IE/UNICAMP. 2002b, p. 22.

³⁵ No município de Francisco Beltrão, a população que tem migrado do campo para a cidade tem encontrado estudo e trabalho nas seguintes condições: o estudo advém da existência de quatro instituições de ensino superior na cidade, sendo duas públicas (uma estadual e uma federal) e duas particulares; quanto ao trabalho, em grande medida, este é oferecido por uma unidade da Sadia que funciona no abate de aves (frangos e perus), além, de fábricas de móveis, especialmente. No entanto, é importante ressaltar, que a população que migra do campo, encontra, atualmente, muito mais oportunidade de estudo do que de trabalho. Por isso, muitas pessoas que migram do campo de Francisco Beltrão, ainda, se direcionam para outros lugares, principalmente, as regiões metropolitanas de Curitiba-PR, de Joinville-SC e, São Paulo-SP.

³⁶ SINGER, P. *Economia política e urbanização*. 14. ed. São Paulo: Contexto, 1998, p. 22.

³⁷ PRADO JUNIOR, C. *A Questão Agrária no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 27.

³⁸ MARTINE, G. 1994. Op. cit., p. 30.

³⁹ MONDARDO, M. L. Uma Caracterização Geral do Processo de Urbanização do Sudoeste do Paraná - Brasil. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias sociales*. Barcelona: Universidade de Barcelona, vol. XI, núm. 239, 15 de maio de 2007, p. 12. (Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-239.htm>).

⁴⁰ IBGE. *Censos industriais – Paraná – 1970, 1980 e 2000*. Rio de Janeiro: IBGE.

A partir de dados dos censos demográficos de 1970 e 1980, observa-se que Francisco Beltrão tinha, em 1970, 2.974 pessoas residentes na zona urbana originárias do campo, o que equivalia a 22,17% da população urbana, mas em 1980, esta passou para 9.461, cerca de 33,44% da população total do município⁴¹. Desta forma, a relação campo-cidade teve no primeiro o papel de gerar mão-de-obra para a cidade de Francisco Beltrão, principalmente para as indústrias que se instalaram no município, como também para a construção civil que cresceu enormemente a partir da década de 1970.

A composição etária da população urbana e rural de Francisco Beltrão demonstra que é maior no campo o percentual de pessoas com menos de 18 anos de idade e acima de 60 anos, porém, na faixa entre 18 e 60 anos de idade, a população urbana tem maior percentual (57,50% urbana, contra 54,10% rural). Neste sentido, ao que tudo indica, está ocorrendo uma saída do campo para a cidade de pessoas em idade produtiva, ou seja, entre os 18 e 60 anos⁴².

Saem do campo, primeiramente, as pessoas com idade para enfrentar o mercado de trabalho nas cidades. Isto indica que a reprodução econômica e social destes sujeitos, muitas vezes expropriados, pode estar comprometida no campo e na cidade⁴³. O mercado de trabalho da cidade tem sido uma alternativa “forçada” para a sua sobrevivência, ou ainda para atender aos sonhos e desejos de uma vida melhor⁴⁴.

Entretanto, há também muitos que lutam para continuar no campo, buscando novas terras e lugares para se reproduzirem, pois:

Ao mesmo tempo em que aumenta a concentração das terras nas mãos dos latifundiários, aumenta o número de camponeses em luta pela recuperação das terras expropriadas. Nem que para isso eles tenham que se recuperar das terras expropriadas. Nem que para isso eles tenham que continuar seu devir histórico: ter a estrada como caminho. O que vale dizer: a migração como necessidade da sua reprodução, a luta pela fração do território distante como alternativa para continuar camponês. Espaço e tempo unem-se dialeticamente na explicação desse processo⁴⁵.

Neste contexto, determinados ramos da indústria têm com a agricultura uma relação que permite a expansão do grande capital para suas áreas de dominação. Isso se dá, por exemplo, quando um ramo industrial utiliza matéria-prima ou realiza um estágio da produção no campo, como acontece com os laticínios, que têm contratos de compra e venda com os produtores de leite⁴⁶.

Em Francisco Beltrão, segundo dados da Secretaria Estadual da Agricultura e do Abastecimento (SEAB), pode-se constatar que existe uma relação entre produtores rurais (de leite) com laticínios do Sudoeste Paranaense: a média de leite vendido pelos produtores aumentou em Francisco Beltrão, passando de 21.870,71 litros por produtor em 2002, para 40.084,63, em 2003. Estas empresas tecem suas áreas de dominação, suas redes de produção e de comercialização agropecuária, fazendo com que os produtores de leite de Francisco Beltrão, em sua maioria, também se tornassem “súditos” dos laticínios. As indústrias que trabalham no sistema de “integração” com produtores rurais, constituem uma forma de exploração do capital industrial sobre o produtor rural integrado⁴⁷.

Também, Francisco Beltrão possui empresas que industrializam a carne de aves, principalmente de frangos, produzida em propriedades rurais, onde o produtor se compromete com a construção do local em que são criadas as aves (o aviário, o edifício) e com a mão-de-obra para criá-las, enquanto a indústria fornece as aves (jovens) e os insumos (rações, remédios etc.)⁴⁸.

Neste sentido, a estratégia das empresas que trabalham no sistema de integração com produtores rurais, consiste em fazer com que o avicultor pense estar trabalhando em parceria com a empresa “integradora” e não trabalhando para a empresa, como acontece na realidade, pois a empresa paga quanto ela “quer”. Em outras palavras, as empresas tentam de toda forma alienar os produ-

⁴¹ Idem. *Censos demográficos de 1970 e 1980*. Op. cit.

⁴² Idem. *Censo demográfico – Paraná – 2000*. Op. cit.

⁴³ KAUTSKY, K. 1986. Op. cit., p. 245.

⁴⁴ PÓVOA-NETO, H. Migrações internas e mobilidade do trabalho no Brasil atual. Novos desafios para a análise. *Experimental*, n. 2, março, 1997, p. 15.

⁴⁵ OLIVEIRA, A. U. de. *A agricultura camponesa no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1996, p. 26.

⁴⁶ KAUTSKY, K. 1986. Op. cit., p. 247.

⁴⁷ GRAZIANO DA SILVA, J. *Tecnologia e agricultura familiar*. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2003, p. 24.

⁴⁸ Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB. Departamento de economia rural – DERAL. Núcleo regional de Francisco Beltrão, Paraná.

Dossiê Campo e Cidade

tores rurais integrados, fazendo-os pensar que ganham com a produção agropecuária integrada, proporcionalmente ao ganho da empresa e, assim, não se conscientizam da a relação de *subordinação* frente à indústria⁴⁹.

Podemos ter, portanto, uma pequena propriedade com uma grande exploração pelo volume de produção, como ocorre com a avicultura em Francisco Beltrão. Sobre a grande exploração da pequena propriedade pelo volume de produção, Lênin afirma que:

A via fundamental do desenvolvimento da agricultura capitalista consiste precisamente em que a pequena exploração, permanecendo pequena pela extensão de terra, transforma-se em grande exploração pelo volume da produção, desenvolvimento da pecuária, quantidade de adubos utilizados, desenvolvimento do emprego de máquinas, etc⁵⁰.

Neste contexto, a relação de comercialização da produção agrícola é uma das formas das relações campo-cidade, que têm suas especificidades e que, assim como o sistema de integração entre indústria e produtor rural, pode contribuir para a reprodução social e econômica tanto do produtor rural quanto do comerciante que, em geral, reside na cidade.

Assim, o processo de comercialização da produção rural é muito complexo, mas de forma geral, “[...] a cidade impõe ao campo um preço inferior aos praticados no meio urbano [...]”⁵¹. Sendo assim, observa-se que em Francisco Beltrão, houve, no período de 1970 a 1980, um aumento no número de estabelecimentos de comércio atacadista do ramo agropecuário, em geral de cereais⁵².

No ano de 1980, este tipo de comércio já contribuía com 17,77% da receita de todo o comércio beltronense. Neste aspecto, no capital comercial a extração da mais-valia surge porque o comerciante não paga ao capitalista industrial toda a mais-valia extraída do trabalho do proletariado industrial. Existe, assim, uma divisão da mais-valia entre o industrial e o comerciante. Se analisarmos a relação entre os comerciantes da produção agrícola, entenderemos que os produtores rurais, após venderem seus produtos, condicionam uma parte de sua renda aos comerciantes⁵³.

Uma das principais “faces” das relações campo-cidade, a ser considerada em Francisco Beltrão, é a existência de proprietários de estabelecimentos rurais que residem na cidade, desviando, assim, a renda da produção agropecuária para a cidade. Francisco Beltrão, em 1980, tinha 5,52% dos estabelecimentos rurais (com 11,895% da área total) em que os proprietários residiam na cidade e em 1995/96, este número eleva-se para 10,06% dos estabelecimentos, representando 22,06% da área total⁵⁴.

Assim, em 1995/96, 22,06% da área agrícola tinha como proprietários pessoas que não residiam nas propriedades rurais, mas na cidade⁵⁵. Neste sentido,

A drenagem da renda fundiária pela cidade constitui-se em muitas áreas um importante aspecto da vida social, econômico e política. A cidade constitui-se nesses casos, um lugar de residência de proprietários rurais absentistas [que não comparece, vive fora, nesse caso, na cidade] e este fato pode assumir enorme importância⁵⁶.

Neste contexto, nas últimas décadas do século XX, principalmente a partir dos anos de 1990, ocorreram algumas transformações no campo que fazem jus ao termo *novo rural brasileiro*. Surgem as ORNAs – ocupações rurais não-agrícolas –, tais como pedreiros, empregados domésticos, motoristas, entre outros, mão de obra empregada por pessoas que residem no meio rural. Paralelamente, há um crescimento das atividades não-agrícolas no meio rural, geralmente ligadas ao lazer, como os hotéis-fazenda, locais para recreação, associações, pesque-pagues etc. Somando-se a tais mudanças, ocorre que um número grande de famílias se ocupa em tempo parcial na agricultura, dedicando-se uma outra parte do seu tempo a atividades não-agrícolas⁵⁷.

⁴⁹ GRAZIANO DA SILVA, J. 2003. Op. cit., p. 31.

⁵⁰ LENIN, V. I. *Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América: novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura*. São Paulo: Brasil Debates, 1980, p. 63.

⁵¹ CORRÊA, R. L. *A rede urbana*. São Paulo: Ática, 1989, p. 58.

⁵² IBGE. *Censo comercial – Paraná – 1970*. Op. cit.; IBGE. *Censo comercial – Paraná – 1980*. Rio de Janeiro: IBGE, 1984. v. 4 – n. 20.

⁵³ MARX, K. *O capital: crítica da economia política – o processo de circulação do capital*. Tradução Reginaldo Sant’Anna. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003b. Livro II, p. 91.

⁵⁴ IBGE. *Censo agropecuário – Paraná – 1980*. Op. cit.; IBGE. *Censo agropecuário – Paraná – 1995/96*. Rio de Janeiro: IBGE, 1998. n. 20. (CD ROM).

⁵⁵ Idem. IBGE. *Censo agropecuário – Paraná – 1995/96*. Op. cit.

⁵⁶ CORRÊA, R. L. 1989, Op. cit., p. 44.

⁵⁷ GRAZIANO DA SILVA, J. 2002b. Op. cit., pp. 56-57 e 81.

Tais transformações, que caracterizariam o que Graziano da Silva chama de “novo rural” (atividades rurais não-agrícolas, pluriatividade etc.), estão acontecendo em Francisco Beltrão, constituindo uma “nova face” das relações campo-cidade, que poderíamos chamar por ora de “urbanização do meio rural”, ou, melhor, “rurbanização”.

No entanto, essa concepção de “novo rural brasileiro” apontado por Graziano da Silva, não é corroborada por Ariovaldo Umbelino de Oliveira, uma vez que este “novo rural brasileiro” ainda reproduz contrastes e contradições de um “velho rural brasileiro”. Deste modo, haveria também uma “contra-face” maquiada, real e contraditória, desse “novo rural brasileiro”, pois:

Se, de um lado, o capitalista avançou em termos gerais por todo o território brasileiro, estabelecendo relações de produção especificamente capitalistas, promovendo a expropriação total do trabalhador brasileiro no campo; de outro, as relações de produção não-capitalistas, como o trabalho familiar praticado pelo pequeno lavrador camponês, também avançaram mais⁵⁸.

Deste modo, para Ariovaldo:

José Graziano da Silva acerta no principal, ou seja, é verdade que o desenvolvimento do modo capitalista de produção trouxe consigo o desenvolvimento e a expansão do urbano. O urbano tornou-se, assim, maior que a cidade e que o campo, tornou-se sua síntese contraditória. Mas essa síntese contraditória não eliminou a cidade nem o campo. As suas relações tornaram-se mais complexas. Um não pode ser entendido sem o outro. Mas isso não quer dizer que um foi incorporado pelo outro, como parece entender o autor. (...). Nesse sentido, o campo industrializou-se, porém ele ainda continua sendo o campo, o mundo rural com suas especificidades, agora contraditoriamente mais conflitado. O campesinato moderno passou a cobrar cada vez mais seu lugar no pacto social das sociedades desenvolvidas⁵⁹.

Neste âmbito, atualmente, existem no município de Francisco Beltrão e, sobretudo no campo, vários parques, recantos, cachoeiras, enfim, áreas de lazer e recreação que se especializam e se materializam, de forma que complexificam as relações campo/cidade, e tornam, nestes casos, essas relações mais intensas.

Outro aspecto das relações campo-cidade é a contribuição do êxodo rural para o crescimento da cidade de Francisco Beltrão, no que se refere principalmente ao aumento da população e à expansão do perímetro urbano. Isso se materializa em decorrência do surgimento de “novas” áreas residenciais. Muitas famílias que vêm morar nestes novos espaços na cidade – principalmente em bairros periféricos, são oriundas, sobretudo, da zona rural do município.

Considerações Finais

As relações campo-cidade, partindo-se do fator político e econômico, levam-nos a entender que as empresas (laticínios, cerealistas, “agroindústrias integradoras”), criam suas redes de atuação: redes de escoamento da produção agrícola, de integração da indústria com o produtor rural etc. Assim, criam seus territórios, que são as “prisões do espaço”: “a rede faz e desfaz as prisões do espaço, transformando o território que tanto libera como aprisiona. É o porquê de ela [a rede] ser o ‘instrumento’ por excelência do poder”⁶⁰.

Neste sentido, estas e outras questões demonstram como são *complexas* as relações campo-cidade, e que uma vez compreendidas, poderão “revelar” a lógica dialética e contraditória do processo onde o Homem, em suas relações sociais de trabalho, de trocas comerciais, políticas, culturais etc., transforma o espaço onde vive e materializa suas formas. A relação campo-cidade possibilita compreender a produção de dois espaços que não são separados, são interpenetrados por formas-conteúdos específicas, mas que contêm uma

⁵⁸ OLIVEIRA, A. U. de. 1996. Op. cit., p. 11.

⁵⁹ OLIVEIRA, A. U. de. Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, A. U. de; MARQUES, M. I. M. (orgs.). *O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social*. São Paulo: Ed. Casa Amarela e Ed. Paz e Terra, 2004, p. 44-45.

⁶⁰ RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993, p. 204.

Dossiê Campo e Cidade

complementariedade a partir do mesmo movimento: a vida. Campo e cidade possuem especificidades que os ligam através da complementação de serviços, de produções, de formas de uso do solo, de Homens, de estratégias de reprodução etc. São relações intrinsecamente relacionadas, no tempo e no espaço, para a reprodução de homens e mulheres, para a reprodução de um modo de produção.

Dessa maneira, compreender as relações campo-cidade é uma forma de aprender a complexidade da atividade humana sobre o espaço geográfico, ou seja, uma boa maneira de contribuir para com o objeto da geografia buscando entender a re(produção) do espaço social, do espaço humano.

Contribuição recebida em 18.02.2008 e aprovada em 27.06.2008.